

**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO  
SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2021**

Ad.

**INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 4.003.499,45 € de despesa paga e um total de 5.605.842,91 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 35.439.491,64 € e um total de fundos próprios de 30.921.482,29 €, incluindo um resultado líquido de 244.294,44 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

**RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
  - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
  - e) a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

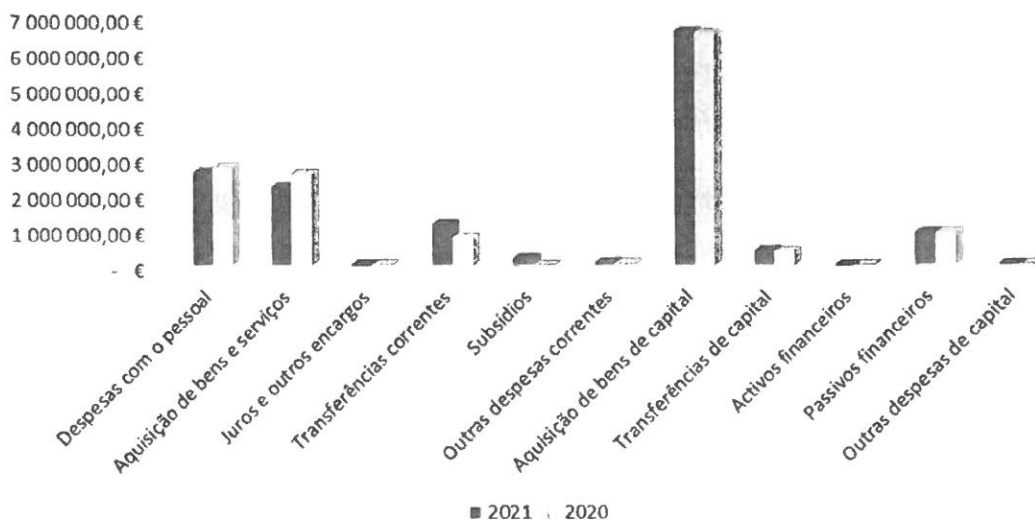
5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)**

Classif. Económica da Despesa		Dotação	Compromissos	Obrigações	Saldo	Grau Exec.	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigida	assumidos			efectiva			Jun 21	Jun 20	Dez 20
01	Despesas com o pessoal	2 616 323,00	2 580 814,01	1 320 642,79	35 508,99	98,64%	1 241 887,76	1 374 435,24	47,47%	43,83%	98,27%
02	Aquisição de bens e serviços	2 196 022,00	1 603 403,67	865 897,90	592 618,33	73,01%	744 113,98	1 451 908,02	33,88%	26,39%	77,35%
03	Juros e outros encargos	29 100,00	26 613,11	12 969,46	2 486,89	91,45%	11 970,56	17 129,44	41,14%	38,48%	92,99%
04	Transferências correntes	1 147 368,57	845 315,67	570 976,53	302 052,90	73,67%	545 581,80	601 786,77	47,55%	44,08%	91,92%
05	Subsídios	200 000,00	142 613,12	142 613,12	57 386,88	71,31%	142 613,12	57 386,88	71,31%	-	-
06	Outras despesas correntes	71 000,00	31 888,50	28 721,97	39 111,50	44,91%	27 371,76	43 628,24	38,55%	50,09%	92,57%
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6 259 813,57</b>	<b>5 230 648,08</b>	<b>2 941 821,77</b>	<b>1 029 165,49</b>	<b>83,56%</b>	<b>2 713 538,98</b>	<b>3 546 274,59</b>	<b>43,35%</b>	<b>36,60%</b>	<b>89,71%</b>
07	Aquisição de bens de capital	6 552 126,96	3 409 988,81	1 214 864,31	3 142 138,15	52,04%	888 693,10	5 663 433,86	13,56%	9,92%	36,22%
08	Transferências de capital	404 000,00	253 593,01	73 296,67	150 406,99	62,77%	55 296,67	348 703,33	13,69%	6,03%	41,11%
09	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	0,00%	50,00%
10	Passivos financeiros	910 000,00	910 000,00	396 853,47	0,00	100,00%	345 970,70	564 029,30	38,02%	39,30%	99,51%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-	-
	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7 866 126,96</b>	<b>4 573 581,82</b>	<b>1 685 014,45</b>	<b>3 292 545,14</b>	<b>58,14%</b>	<b>1 289 960,47</b>	<b>6 576 166,49</b>	<b>16,40%</b>	<b>13,10%</b>	<b>50,52%</b>
	<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	<b>14 125 940,53</b>	<b>9 804 229,90</b>	<b>4 626 836,22</b>	<b>4 321 710,63</b>	<b>69,41%</b>	<b>4 003 499,45</b>	<b>10 122 441,08</b>	<b>28,34%</b>	<b>23,48%</b>	<b>73,18%</b>

**Gráfico 1–Evolução comparativa do orçamento da despesa (junho 2021 Vs. junho 2020)**

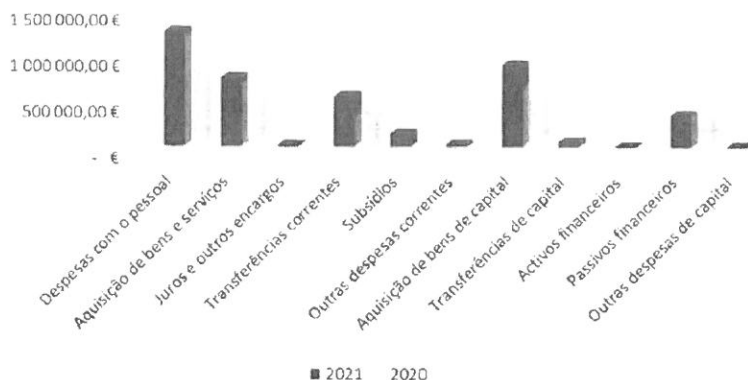
Orçamento da Despesa - N Vs. N-1



Capital Social 8.400 € NIPC 510 557 473 Insc. ORCC n.º 282

3/12

**Gráfico 2—Evolução comparativa da despesa paga (junho 2021 Vs. junho 2020)**



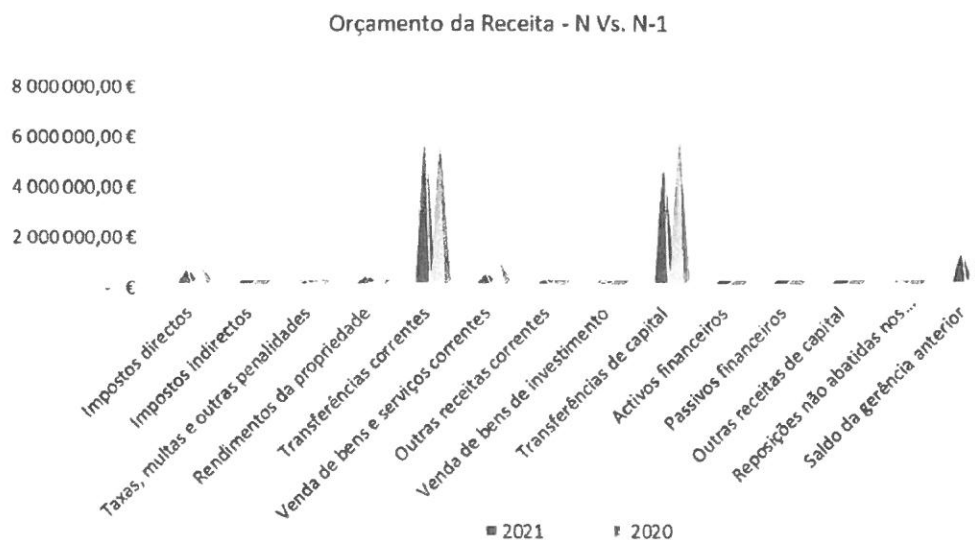
M. E

**Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)**

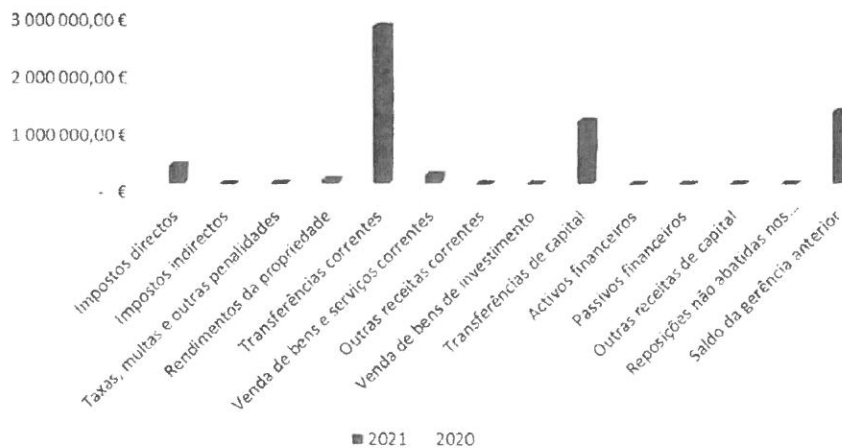
Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Jun 21	Grau Exec. Jun 20	Grau Exec. Dez 20
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida				
01	Impostos directos	548 161,80	318 572,71	-229 589,09	58,12%	51,18%	96,14%
02	Impostos indirectos	0,00	0,00	0,00	-	40,56%	0,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	51 906,52	9 193,28	-42 713,24	17,71%	16,40%	27,86%
05	Rendimentos da propriedade	260 200,00	56 599,45	-203 600,55	21,75%	47,15%	117,65%
06	Transferências correntes	6 331 033,70	2 733 524,06	-3 597 509,64	43,18%	46,74%	96,83%
07	Venda de bens e serviços correntes	354 627,09	155 498,80	-199 128,29	43,85%	12,26%	17,97%
08	Outras receitas correntes	121 100,00	2 827,25	-118 272,75	2,33%	3,73%	141,90%
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>7 667 029,11</b>	<b>3 276 215,55</b>	<b>-4 390 813,56</b>	<b>42,73%</b>	<b>42,66%</b>	<b>88,96%</b>
09	Venda de bens de investimento	15 500,00	4 338,00	-11 162,00	27,99%	0,00%	83,17%
10	Transferências de capital	5 197 364,89	1 079 742,83	-4 117 622,06	20,77%	9,12%	65,28%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-	-
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	-	-	-
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	-	-	-
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5 212 864,89</b>	<b>1 084 080,83</b>	<b>-4 128 784,06</b>	<b>20,80%</b>	<b>9,09%</b>	<b>65,51%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%	1500,40%
16	Saldo da gerência anterior	1 245 546,53	1 245 546,53	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>1 246 046,53</b>	<b>1 245 546,53</b>	<b>-500,00</b>	<b>99,96%</b>	<b>99,99%</b>	<b>100,16%</b>
	<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>14 125 940,53</b>	<b>5 605 842,91</b>	<b>-8 520 097,62</b>	<b>39,68%</b>	<b>32,03%</b>	<b>85,97%</b>

Contabil Social 8400 € (FPC) 510 557 473 Insu. ORÇOC. 44 282

**Gráfico 3—Evolução comparativa do orçamento da receita (junho 2021 Vs. junho 2020)**



**Gráfico 4 - Evolução Comparativa da Receita Cobrada (junho 2021 Vs. junho 2020)**



Capital Social 15.000 € NIFC 510.557.473 Insc. OROC n.º 282

**Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa**

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/21	jun/20	jun/21	jun/20
Receita total / Despesa total	140,02%	136,43%	57,18%	63,63%
Receita corrente / Despesa corrente	120,74%	136,64%	62,63%	61,19%
Receita capital / Despesa capital	84,04%	52,30%	23,70%	26,86%
Despesa Pessoal / Despesa Total	31,02%	36,47%	26,32%	35,55%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	18,59%	20,74%	16,35%	26,46%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	22,20%	19,67%	34,78%	15,11%
Serviço da Dívida / Despesa Total	8,64%	10,78%	9,28%	12,79%
Receitas próprias / Despesa Total	44,78%	41,21%	18,28%	19,22%
Transferências recebidas / Despesa Total	95,25%	95,22%	38,89%	44,41%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,30%	0,50%	0,27%	0,53%

**Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita**

Rácios de estrutura da receita	jun/21	jun/20
Receitas próprias / Receita total	31,98%	30,20%
Transferências recebidas / Receita Total	68,02%	69,80%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2021, verifica-se que a execução das despesas correntes ascende a 43,35% (36,60% em junho de 2020) e a execução das despesas de capital foi de 16,40% (13,10% em junho de 2020). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 69,41% (contra 50,34% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 83,56% (81,73% em junho de 2020) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 58,14% (25,51% em junho de 2020) da dotação existente. Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 28,34%, aumentando cerca de 4,86 p.p. comparativamente ao seu período homólogo anterior, cuja execução ascendeu a 23,48%.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 47,47% (contra 43,83% em igual período do exercício anterior). A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 33,88% (26,39% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 73,01% (72,20% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 47,55%, situando-se ligeiramente abaixo do expectável para o período em análise, mas acima dos 44,08% verificados em junho de 2020.

De referir que as rubricas de "despesas com pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado cerca de 31,02% e 18,59% da despesa paga no semestre em análise, respetivamente.

Globalmente, o grau de execução da despesa corrente, apresentou valores abaixo do expectável para o período do ano (teoricamente, e se considerarmos a execução da despesa de forma linear ao longo do ano, deveriam rondar uma taxa aproximada de 50%). De referir que, ainda assim, o grau de execução da despesa corrente (43,35%) apresentou um acréscimo de 6,75 pontos percentuais quando comparado com o período homólogo do ano transato.

No que se refere à execução do orçamento de despesas de capital, importa referir que também se verificou um acréscimo de 3,30 pontos percentuais, quando comparado o semestre em análise com igual período do ano anterior. Com um grau de execução de 16,40%, os valores apresentados ao nível da execução orçamental desta componente da despesa são relativamente baixos para o período em análise, dado que as despesas de capital deveriam (ainda que teoricamente) rondar os 50,00%.

Esta situação resulta dos seguintes factos:

- Ao nível da rubrica orçamental "07 - Aquisição de bens de capital" verifica-se que as sub-rubricas "07030301 - viadutos, arruamentos e obras complementares (Bens de domínio Público)", "07010307 -Outros (Edifícios)", "070205 - Material de Transporte (Locação Financeira)" e "070106 - Material de transportes", com as dotações corrigidas 259.000,00€, 200.000,00€, 35.000,00€ e 13.000,00€, respetivamente, ainda não iniciaram a execução financeira;
- As sub-rubricas "07010305 - investimentos em escolas", "07010302 - Investimentos em instalações desportivas e recreativas", "07010401 - Investimentos em viadutos, arruamentos e obras complementares" e "07030308 - Viação rural (Bens de domínio público)" apresentam execuções de: 8,03%, 7,19%, 4,88% e 1,27%, respetivamente;
- No que diz respeito à rubrica "08 - Transferências de Capital", o grau de execução, situado nos 13,69% deve-se em grande parte à sub-rubrica "08050102 - Freguesias", cuja execução financeira apresentada é de 5,58% face a uma dotação corrigida de 280.000,00€.
- Quanto à rubrica "10 - Passivos Financeiros", constata-se que a única sub-rubrica "Empréstimos a médio e longo prazos" apresenta uma dotação de 910.000,00€, sendo a execução verificada de 38,02%.

Assim, conclui-se que, de uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado essencialmente pelo menor desempenho de execução das despesas de capital.

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução orçamental é superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 39,68% contra 32,03% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 20,80% contra os 9,09% verificados em igual período do ano anterior. A execução das receitas de capital encontra-se aquém do que seria esperado para o período decorrido, situação que ficou a dever-se essencialmente à não obtenção de receitas relacionadas com a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados, cuja execução financeira ascendeu a 14,76% dos 3.844.536,89 € previstos para o período.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 42,73% (42,66% no período em junho de 2020). Para o efeito, contribuiu essencialmente o desempenho ao nível das transferências correntes (apresentam um grau de execução de 43,18% até junho de 2021, sendo 46,74% em junho de 2020), com especial incidência nos montantes recebidos relativos ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro – 2.290.186,76€), Fundo Social Municipal (FSM – 65.586,00€), Participação fixa no IRS (62.262,00€) e “Transferência de Competências (Lei 50/2018) – Serviços e Fundos Autónomos” (195.593,61€). A comparticipação do FSE em projetos cofinanciados com o Estado Português, cuja dotação corrigida ascende a 486.265,53 €, não apresenta qualquer execução no semestre. Esta situação muito contribui para que a execução da rubrica de “transferências correntes” seja inferior aos 50% expectáveis. Note-se que, as receitas com as transferências correntes representam cerca de 49% da receita cobrada líquida total e cerca de 83% das receitas correntes.

Quanto à rubrica “Venda de bens e serviços correntes”, apurou-se uma execução de 43,85%, aumentando 31,59 p.p. em relação ao mesmo período de 2020, período em que a execução foi de 12,26%. Esta situação resulta, maioritariamente, do aumento do desempenho da rubrica “resíduos sólidos”, cuja execução em junho do ano corrente se fixou nos 72,14% para uma previsão corrigida de 180.000,00€ face aos 5,00% de execução para uma previsão corrigida de 250.000,00€ verificados em junho de 2020. Ainda assim, a “Venda de água”, cuja execução ainda não se iniciou (previsão de 41.127,09€) e as “Rendas de Habitações”, cuja execução foi de 25,55% para um previsão de 45.000,00€, explicam o facto de o desempenho global da rubrica de “Venda de bens e serviços correntes” ser inferior aos 50,00% previstos, fixando-se então nos 43,85%.

No que diz respeito aos rendimentos de propriedade (relativos a rendimentos provenientes da concessão à EDP) verifica-se que a execução orçamental é de 21,75%, inferior ao mesmo período do ano anterior, quando a execução foi de 47,15%.

Relativamente à rubrica de taxas, multas e outras penalidades, o grau de execução orçamental verificado manteve-se próximo do valor verificado em igual período do ano anterior (17,71% no semestre em análise,



contra 16,40% em junho de 2020). Este desempenho é consequência da ausência total de receita cobrada referente à rubrica "saneamento", que apresenta uma previsão corrigida de 17.762,25€.

- 8.** Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 120,74%, quando em igual período do ano anterior havia sido de 136,64%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 62,63% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 61,19%. As receitas correntes são superiores em 562.676,57€ às despesas correntes na ótica da despesa paga e, as receitas correntes são inferiores em 1.954.432,53€ às despesas correntes com base na ótica da despesa comprometida.

Na ótica da despesa paga, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, até junho de 2021, em 84,04% e em 52,30% até junho de 2020. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2021 as despesas de capital encontravam-se cobertas apenas em 23,70% pelas receitas de capital, semelhantemente ao que ocorrera em igual período de 2020, em que as despesas de capital se encontravam cobertas em 26,86%. Tal significa que, as receitas de capital foram inferiores às despesas de capital em 205.879,64€ na ótica da despesa paga e inferiores em 3.489.500,99€ na ótica da despesa comprometida.

- 9.** No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2021, identifica-se um ligeiro acréscimo face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.352.696,50€ em junho de 2020 para 1.792.576,02€ em junho de 2021 (mais 439.879,52€). Esta variação está essencialmente relacionada com o acréscimo do saldo de gerência, que ascendia em junho de 2021 a 1.245.546,53€, sendo 855.486,89€ em junho de 2020. Assim, na ótica da despesa paga, as receitas próprias passaram a representar 44,78% da despesa total, enquanto em igual período do ano anterior esse rácio era de 41,21%. Por sua vez, na ótica da despesa comprometida, as receitas próprias ascendiam a 18,28% em junho de 2021 e a 19,22% em junho de 2020.

- 10.** A despesa comprometida até 30 de junho de 2021 mostrou-se superior em 4.198.386,99€ em relação à receita cobrada, quando em junho de 2020, a despesa comprometida foi superior à receita cobrada em 2.559.882,41€. De referir ainda que, as receitas próprias representam 31,98% da receita total, quando em igual período do ano transato representavam 30,20%. Quanto às transferências recebidas (correntes e de capital) representam no semestre em análise 77,78% da receita total obtida, sendo 80,90% no período homólogo de 2020.



9/12

## ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)**

Rendimentos		jun/21	%	jun/20	%	dez/20	%	Variação 2021 Vs. 2020		Peso - Estrutura Proveitos	
CL	Designação							Valor	%	jun/21	jun/20
70	Impostos, contribuições e taxas	334 642,23	9,28%	311 969,14	8,86%	533 438,38	7,70%	22 673,09	7,27%	9,28%	8,86%
71	Vendas	2 088,00	0,06%	0,00	0,00%	17 049,50	0,25%	2 088,00	n.a.	0,06%	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões	268 464,85	7,44%	219 664,87	6,24%	478 877,84	6,92%	48 799,98	22,22%	7,44%	6,24%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	2 828 277,01	78,43%	2 658 449,22	75,47%	5 420 178,28	78,27%	169 827,79	6,39%	78,43%	75,47%
76	Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
78	Outros rendimentos	172 507,11	4,78%	332 362,00	9,44%	468 716,74	6,77%	-159 854,89	-48,10%	4,78%	9,44%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6 309,76	0,09%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DE RENDIMENTOS</b>		<b>3 605 979,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 522 445,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 924 570,50</b>	<b>100,00%</b>	<b>83 533,97</b>	<b>2,37%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)**

Gastos		jun/21	%	jun/20	%	dez/20	%	Variação 2021 Vs. 2020		Peso na Estrutura Custos	
CL	Designação							Valor	%	jun/21	jun/20
60	Transferências e subsídios concedidos	723 985,43	21,54%	333 959,57	10,49%	1 169 251,74	17,22%	390 025,86	116,79%	21,54%	10,49%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	77 661,01	2,31%	44 396,55	1,39%	138 106,20	2,03%	33 264,46	74,93%	2,31%	1,39%
62	Fornecimentos e serviços externos	645 741,17	19,21%	820 129,12	25,76%	1 545 486,47	22,76%	-174 387,95	-21,26%	19,21%	25,76%
63	Gastos com o pessoal	1 323 636,02	39,37%	1 307 873,86	41,09%	2 655 174,11	39,10%	15 762,16	1,21%	39,37%	41,09%
64	Gastos de depreciação e de amortização	553 758,41	16,47%	645 382,68	20,27%	1 149 553,67	16,93%	-91 624,27	-14,20%	16,47%	20,27%
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	26 751,07	0,39%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
67	Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	30 000,00	0,44%	0,00	n.a.	0,00%	0,00%
68	Outros gastos	23 931,76	0,71%	15 092,90	0,47%	38 705,30	0,57%	8 838,86	58,56%	0,71%	0,47%
69	Gastos por juros e outros encargos	12 970,96	0,39%	16 404,19	0,52%	37 207,64	0,55%	-3 433,23	-20,93%	0,39%	0,52%
<b>TOTAL DE GASTOS</b>		<b>3 361 684,76</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 183 238,87</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 790 236,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>178 445,89</b>	<b>5,61%</b>	<b>94,69%</b>	<b>100,00%</b>

12. A estrutura de proveitos apresenta um crescimento de 83.533,97€ (2,37%) face a igual período do ano anterior, relacionado essencialmente com o aumento da rubrica de "transferências e subsídios correntes obtidos" (tendo esta rubrica crescido 6,39%, ou seja, 169.827,79€) e com o aumento da rubrica de "Prestações de serviços e concessões" (crescimento de 22,22%, o que corresponde a 48.799,98€). Em contraste, a única variação negativa verificada ocorreu nos "Outros Rendimentos" (decréscimo de 48,10%, isto é, -159.854,89€, em valor), fixando-se em junho de 2021 nos 172.507,11€.

13. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um acréscimo de 178.445,89€ (correspondente a 5,61%) face a junho de 2020. Para tal, contribuiu o aumento importante identificado na rubrica de "Transferências e subsídios concedidos", que ascendeu a 723.985,43€, quando em igual período do ano anterior apresentava o valor de 333.959,57€, (aumento aproximado de 117%). Em sentido contrário, os "Fornecimentos e Serviços Externos" e os "Gastos de depreciação e amortização" (estes

últimos calculados tendo por referência os ativos depreciables à data de 30 de junho de 2021), decresceram 174.387,95€ (-21,26%) e 91.624,27€ (-14,20%), respetivamente.

Analisando a rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", constata-se então um decréscimo de 174.387,95€, representando 19,21% do total de custos incorridos no 1º semestre de 2021 (o mesmo rácio era de 25,76% no período homólogo de 2020). No quadro abaixo, detalhamos as principais variações ocorridas nesta rubrica:

Conta	Designação	30 de junho		Variação	
		2021	2020	Absoluta	%
<b>62</b>	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>645 741,17 €</b>	<b>820 129,12 €</b>	<b>-174 387,95 €</b>	<b>-21,26%</b>
<b>621</b>	<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>104 360,88 €</b>	<b>100 073,28 €</b>	<b>4 287,60 €</b>	<b>4,28%</b>
<b>622</b>	<b>Serviços especializados</b>	<b>146 867,98 €</b>	<b>159 096,49 €</b>	<b>- 12 228,51 €</b>	<b>-7,69%</b>
6221	Trabalhos especializados	66 252,38 €	29 532,99 €	36 719,39 €	124,33%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	4 692,37 €	2 200,45 €	2 491,92 €	113,25%
6224	Honorários	51 446,04 €	26 670,50 €	24 775,54 €	92,89%
6225	Comissões	8 230,04 €	7 470,81 €	759,23 €	10,16%
6226	Conservação e reparação	16 247,15 €	93 221,74 €	- 76 974,59 €	-82,57%
<b>623</b>	<b>Materials de consumo</b>	<b>119 841,45 €</b>	<b>131 294,45 €</b>	<b>- 11 453,00 €</b>	<b>-8,72%</b>
<b>624</b>	<b>Energia e fluidos</b>	<b>56 073,32 €</b>	<b>197 434,55 €</b>	<b>-141 361,23 €</b>	<b>-71,60%</b>
6241	Eletricidade	20 055,81 €	122 984,41 €	-102 928,60 €	-83,69%
6242	Combustíveis e lubrificantes	36 017,51 €	74 450,14 €	- 38 432,63 €	-51,62%
<b>625</b>	<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1 161,01 €</b>	<b>561,10 €</b>	<b>599,91 €</b>	<b>106,92%</b>
<b>626</b>	<b>Serviços diversos</b>	<b>217 436,53 €</b>	<b>231 669,25 €</b>	<b>- 14 232,72 €</b>	<b>-6,14%</b>
6261	Rendas e alugueres	34 307,96 €	36 090,36 €	- 1 782,40 €	-4,94%
6262	Comunicação	17 471,07 €	13 564,28 €	3 906,79 €	28,80%
6263	Seguros	11 317,71 €	7 092,37 €	4 225,34 €	59,58%
6265	Contencioso e notariado	926,47 €	398,47 €	528,00 €	132,51%
6266	Despesas de representação dos serviços	437,54 €	802,16 €	- 364,62 €	-45,45%
6269	Outros serviços	152 975,78 €	173 721,61 €	- 20 745,83 €	-11,94%

Os principais aumentos verificados na rubrica de fornecimentos e serviços externos registaram-se nas contas de "trabalhos especializados" e "honorários", tendo apresentado um crescimento de 36.719,39€ (+124,33%) e 24.775,54€ (+92,89%), respetivamente. Inversamente, as maiores descidas registaram-se nas contas de "eletricidade", "conservação e reparação" e "combustíveis e lubrificantes", apresentando diminuições de 102.928,60€ (-83,69%), 76.974,59€ (-82,57%) e 38.432,63€ (-51,62%), respetivamente.

**14.** Tendo em consideração os valores acima referidos e as explicitações efetuadas, o resultado líquido do período ascende a 244.294,44€, inferior em 94.911,92€, quando comparado com igual período do ano anterior cujo resultado se fixou em 339.206,36€.

**15.** A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, sobretudo para as situações de menor relevância

contabilística. Contudo, é de salientar a correta aplicação de critérios ao nível da especialização dos exercícios, relativamente às rubricas de maior significado.

## ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)**

Designação	jun/21		jun/20		dez/20		Variação Jun21/Jun20		Variação Jun21/Dez20	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Devedores por transferências e subsídios	3 824 748,43	75,77%	3 008 175,95	75,24%	4 193 162,68	75,72%	816 572,48	27,15%	-368 414,25	-8,79%
Devedores por empréstimos bonificados	347 906,26	6,89%	0,00	0,00%	347 906,26	6,28%	347 906,26	n.a.	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	28 778,39	0,57%	113 703,48	2,84%	28 759,74	0,52%	-84 925,09	-74,69%	18,65	0,06%
Estado e outros entes públicos	30 460,23	0,60%	111 949,88	2,80%	295,13	0,01%	-81 489,65	-72,79%	30 165,10	10220,95%
Outras contas a receber	815 715,35	16,16%	764 498,96	19,12%	967 668,75	17,47%	51 216,39	6,70%	-151 953,40	-15,70%
<b>Total corrente</b>	<b>5 047 608,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 998 328,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 537 792,56</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 049 280,39</b>	<b>26,24%</b>	<b>-490 183,90</b>	<b>-8,85%</b>
Total não corrente										
<b>TOTAL DE CONTAS A RECEBER</b>	<b>5 047 608,66</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 998 328,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>5 537 792,56</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 049 280,39</b>	<b>26,24%</b>	<b>-490 183,90</b>	<b>-8,85%</b>

**Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)**

Designação	jun/21		jun/20		dez/20		Variação Jun21/Jun20		Variação Jun21/Dez20	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	262 464,28	6,72%	96 622,05	2,52%	227 135,90	5,72%	165 842,23	171,64%	35 328,38	15,55%
Fornecedores	392 077,21	10,04%	382 296,79	9,97%	331 583,82	8,35%	9 780,42	2,56%	60 493,39	18,24%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	n.a.
Estado e outros entes públicos	60 611,90	1,55%	63 336,75	1,65%	32 470,56	0,82%	-2 724,85	-4,30%	28 141,34	86,67%
Financiamentos obtidos	513 146,53	13,14%	546 289,01	14,25%	910 000,00	22,91%	-33 142,48	-6,07%	-396 853,47	-43,61%
Fornecedores de investimentos	206 336,72	5,28%	44 726,33	1,17%	750,00	0,02%	161 610,39	361,33%	205 586,72	27411,56%
Outras contas a pagar	706 785,95	18,10%	518 747,74	13,53%	798 139,98	20,09%	188 038,21	36,25%	-91 354,03	-11,45%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	n.a.
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	n.a.
<b>Total corrente</b>	<b>2 141 422,59</b>	<b>54,84%</b>	<b>1 652 018,67</b>	<b>43,08%</b>	<b>2 300 080,26</b>	<b>57,90%</b>	<b>489 403,92</b>	<b>29,62%</b>	<b>-158 657,67</b>	<b>-6,90%</b>
Financiamentos obtidos	1 275 162,38	32,66%	2 180 729,29	56,87%	1 275 162,38	32,10%	-905 566,91	-41,53%	0,00	0,00%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	n.a.
Outras contas a pagar	488 320,33	12,51%	2 103,98	0,05%	397 032,40	10,00%	486 216,35	23109,36%	91 287,93	22,99%
<b>Total não corrente</b>	<b>1 763 482,71</b>	<b>45,16%</b>	<b>2 182 833,27</b>	<b>56,92%</b>	<b>1 672 194,78</b>	<b>42,10%</b>	<b>-419 350,56</b>	<b>-19,21%</b>	<b>91 287,93</b>	<b>5,46%</b>
<b>TOTAL DE CONTAS A PAGAR</b>	<b>3 904 905,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 834 851,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>3 972 275,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>70 053,36</b>	<b>1,83%</b>	<b>-67 369,74</b>	<b>-1,70%</b>

17. O valor de dívidas a receber ascende aos 5.047.608,66€ e são provenientes, maioritariamente, de transferências e subsídios a receber (3.824.748,43€, ou seja, correspondente a 75,77% das dívidas de terceiros para com o Município de Murça, sendo referente a participações a obter de fundos comunitários em resultado de projetos de investimento).

18. O valor global das dívidas a pagar no final do primeiro semestre ascende a 3.904.905,30€, muito por conta dos financiamentos obtidos, que representam 45,80% (1.788.308,91€) do total de contas a pagar. Por sua vez, as "Outras contas a pagar" representam 30,61% (1.195.106,28€) da dívida total, sendo referente a cauções, remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos. Por sua vez, a dívida a fornecedores e fornecedores de investimentos ascende a 598.413,93€ e representa 15,32% da dívida total do município.

A dívida de curto prazo fixou-se nos 2.141.422,59€, correspondente a 54,84% do total de contas a pagar, pelo que a dívida de médio longo prazo se fixa nos 1.763.482,71€, correspondendo a 45,16%.

**19. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), verifica-se que:**

- a) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- b) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- c) Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2021 ascendiam a 2.780.911,68 €.

Viseu, 3 de setembro de 2021

O Revisor Oficial de Contas

Assinado por: **RICARDO FILIPE MACIAS  
CARVALHO**  
Num. de Identificação: 12005729  
Data: 2021.09.03 14:20:09+01'00'



---

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575  
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267